

A MEDICALIZAÇÃO COMO MECANISMO DE CONTROLE E EXCLUSÃO ESCOLAR

1

Renata Miranda de Freitas VARÃO¹Kairon Pereira de Araujo SOUSA²

O projeto de desencantamento do mundo trazia em seu bojo a esperança de transformação da sociedade. Alimentado pelo ideário de libertação dos sujeitos das antigas amarras dos mitos e superstições, prometia lhes tornar senhores em relação à natureza. A razão posta a serviço dessa operacionalização evanesceu-se, tornando-se racionalização instrumental, isto é, razão posta ao domínio do homem pelo próprio homem.

No manuscrito *A institucionalização invisível: crianças que não-aprendem-na-escola*, Moysés nos convida a um percurso histórico objetivando demonstrar como os aportes teóricos que ao longo dos anos moldaram a forma de pensar e fazer ciência, particularmente as epistemologias de base positivista, contribuíram para legitimar a desigualdade, os estereótipos, a discriminação, a patologização e a segregação de estudantes a partir da cor e da posição socioeconômica.

A obra, originada da tese de doutorado da autora, está estruturada em oito capítulos apresentados ao leitor de forma clara e contundente, dando-se voz a diferentes atores sociais. A cada capítulo são expostos casos diferentes de crianças que não aprendem na escola, onde Moysés apresenta a fala dos professores, dos pais, da criança e da médica. Esta retratada a partir de três facetas: a médica que efetua o diagnóstico; a médica que utiliza como pressuposto epistemológico, que orienta seu olhar sobre o homem e a sociedade, Foucault e Baltansk e; a médica dionisíaca que se manifesta pelas canções, uma forma de suavizar a dor frente às violações de direito e punições vivenciadas pelas crianças.

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI

² Mestre em Psicologia pela UFPI

Ao conduzir entrevistas com diretores, profissionais de saúde e professores, a autora identifica um discurso que perpassa todas essas vozes: a responsabilização da criança e de sua família pelo não aprender. Para essa justificativa são enfatizados os aspectos biologizantes, como causas do não aprender, caracterizados pela desnutrição e os problemas neurológicos que refletem opiniões marcadas por estereótipos e preconceitos.

A par disso, Moysés reflete sobre os processos tradicionais empregados para avaliar as crianças com dificuldades de aprendizagem escolar, ressaltando que estes, ao logo dos anos, mostraram-se inapropriados, contribuindo com o emprego de instrumentos padronizados para reforçar o estigma.

Ao apontar as falhas e equívocos dos testes de medida, a autora justifica a sua opção pela não utilização desses instrumentos: “em nossa atuação profissional e docente, temos buscado avaliar as crianças em concepção que inverte – e tenta mesmo subverter- as avaliações tradicionais (MOYSÉS, 2001, p. 42).

Ao atender as crianças indicadas pelos professores como sendo incapazes de aprender (por disporem de alguma anormalidade), Moisés verificou, dando voz a todas elas, que 71 delas não apresentavam nenhum problema que interferisse em sua aprendizagem, contrapondo o discurso dos professores. As outras quatro foram identificadas como crianças que necessitavam de cuidados especializados, uma vez que, segundo a autora, a intensa exposição ao estigma de doente e de incapaz contribuiu em algum grau para esse adoecimento.

Moisés salienta que os instrumentos científicos colocados à disposição da mensuração e categorização funcionariam como autos condenatórios, punindo e condenando as crianças a uma doença irreal. As consultas médicas sem qualidade produzidas de forma verticalizada, por meio de um olhar que busca atestar a patologia (desvinculado do contexto sociocultural e econômico no qual os sujeitos se inserem) corroboram a tese da criança limitada pela doença, sendo realizadas em função das queixas apresentadas pela escola, resultando na medicalização.

A autora faz alusão aos encaminhamentos exagerados de crianças para as especialidades médicas, em função de problemas que fogem ao escopo da medicina, uma vez que são

“decorrentes da esfera temporal, política e social em que vivem. De sua inserção social e da qualidade de suas vidas. De sua historicidade, como homens” (MOYSÉS, 2001, p. 87).

Ao se coloca como capaz de resolver todas as demandas que afetam à sociedade, prometendo extinguir os diversos problemas que a afligem, a medicina passa a ser percebida como um saber privilegiado que possibilita a compressão dos motivos pelos quais as crianças não aprendem, tendo como foco os aspectos biológicos.

Deste modo, de acordo com Moysés, os professores veem no diagnóstico médico a possibilidade de confirmação de suas suspeitas: a criança não aprende porque tem algum problema de saúde. Vítimas de encaminhamentos desnecessários, elas são submetidas a exames e procedimentos invasivos que não trazem nenhum benefício para elas.

Fazendo uma análise dos dados de consultas de crianças na rede de saúde em Campinas (SP), Moisés identificou excessos de encaminhamentos desses escolares para neurologistas, e indicações de radiografias e encefalogramas, tendo como pano de fundo as queixas escolares. A autora, mostra que esses procedimentos, utilizados de forma inadequada para identificação de problemas que não existem, confinam as crianças em uma institucionalização invisível e sem paredes, fazendo-as introjetarem uma doença que não possuem.

Relativamente a isso, Moysés também denuncia o processo ideológico expresso pelos testes de inteligência, instrumentos que na sociedade capitalista reforçam e justificam as desigualdades sociais, sobretudo ao estabelecerem parâmetros normativos que retratam o ideário das classes dominantes.

Nessa perspectiva, a autora traz à tona outra forma de auto acusatório, comumente omitido, que representa um dos principais recursos de exclusão: o racismo. Sobre a questão, Moysés, ao revisar a literatura, demonstra a existência de uma relação entre as desigualdades (como as escolares) e a cor da pele que, atrelada a situação socioeconômica, contribui para a marginalização dessas crianças, por um sistema educativo excludente.

O olhar clínico tradicional, que busca localizar a anormalidade a partir de um padrão estabelecido como conduta aceitável, reduz as crianças a limitações, desconsiderando potencialidades que fora da escola emergem com frequência. Desta maneira para Moysés “na

trajetória da criança que não-aprende-na-escola, de suas relações com o saber e o poder, prepara-se o terreno para os testes, laudos, exames sofisticados, enfim, toda uma parafernália tecnológica destinada a demonstrar cientificamente a verdade de sua infração: sua improdutividade” (MOYSÉS, 2001, p. 218).

A clínica institucionalizada atuaria como um aparato disciplinador, regulamentada em normas que permitem indicar os desvios, classificar, punir ou recompensar. É ela que detém o saber e, portanto, é quem está apta a decidir, atuando como um mecanismo de controle que dociliza o sujeito.

Nas demais linhas do texto, Moysés, tendo como referência Foucault, sobretudo a obra *Vigília e punir*, faz uma análise histórica de constituição das sociedades disciplinares, desde as práticas de controle do suplício até as sociedades da vigilância, demonstrando como na sociedade do controle, o saber científico é posto como meio de docilização dos indivíduos.

Neste manuscrito, Moysés oferece uma denúncia pertinente em relação ao uso do saber da ciência para legitimar ou naturalizar as desigualdades sociais. Atendo-se ao paradigma positivista, a ciência moderna focaliza a individualidade, operando uma espécie de recorte no social, que coloca as variáveis socioeconômicas e culturais separadas do sujeito. Nesse contexto, a autora propõe uma ruptura com essas epistemologias com o intuito ampliar o olhar sobre o mundo e as pessoas, de modo a enxergá-las holisticamente.

O livro é impactante e contribui para o debate crítico sobre as causas da não aprendizagem no contexto escolar, do excessivo e deliberado diagnóstico voltado para rotular e excluir, sendo de suma relevância para professores, psicólogos, pedagogos, profissionais da área da saúde e demais interessados na temática.

Referência

MOYSÉS, M. A. A. (2001). *A institucionalização invisível: Crianças que não – aprendem – na - escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

